



Linx Sistemas e Consultoria Ltda.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor independente

Índice

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balço Patrimonial	5
Demonstrações do Resultado	7
Demonstrações do Resultado Abrangente	8
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	9
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Sócios e Diretores da

Linx Sistemas e Consultoria Ltda

São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (Linx Sistemas), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Linx Sistemas em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Linx Sistemas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Linx Sistemas é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Linx Sistemas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Linx Sistemas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Linx Sistemas e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Linx Sistemas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Linx Sistemas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-2SP034519/O-6



Fabiana de Barros Gomes Turri de Genaro
Contadora CRC-1SP241544/O-0

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.**Balço patrimonial**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	65.236	96.830
Aplicações financeiras	6.2	—	34.757
Contas a receber de clientes	7.2	205.251	204.184
Tributos a recuperar	8	17.552	16.173
Créditos com partes relacionadas	9	16.806	10.719
Outros créditos	10	35.993	26.743
		340.838	389.406
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber de clientes	7.2	14.526	15.243
Outros créditos	10	21.767	28.248
		36.293	43.491
Investimentos	11	129.258	139.669
Imobilizado	12.2	75.972	111.926
Intangível	13.2	1.413.044	1.235.954
		1.618.274	1.487.549
Total do ativo		1.995.405	1.920.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Balço patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)



	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	14	67.837	60.033
Arrendamento a pagar	15.2	16.139	9.552
Obrigações trabalhistas	16	76.292	81.580
Impostos e contribuições a recolher		14.004	14.461
Contas a pagar por aquisição de controladas	17.2	19.456	55.617
Receita diferida	18.2	14.622	15.516
Débitos com partes relacionadas	9	4.115	3.839
Outros passivos	20	15.723	16.198
		228.188	256.796
Não circulante			
Arrendamento a pagar	15.2	13.684	41.659
Obrigações trabalhistas	16	1.790	2.750
Contas a pagar por aquisição de controladas	17.2	3.454	11.396
Tributos diferidos	19.3	134.509	104.147
Receita diferida	18.2	321	1.669
Provisão para contingências	22.2	10.096	24.114
Outros passivos	20	3.896	5.826
		167.750	191.561
Total do passivo		395.938	448.357
Patrimônio líquido			
Capital social	21.1	1.707.632	1.604.894
Reservas de capital	21.2	65.986	51.595
Outros resultados abrangentes		2.599	6.707
Prejuízos acumulados		(176.750)	(191.107)
		1.599.467	1.472.089
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.995.405	1.920.446

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.**Demonstrações do Resultado**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Nota	31/12/2023	31/12/2022 Reapresentado
Receita operacional líquida	23.2	1.013.021	972.032
Custo dos serviços prestados	24	(510.025)	(507.843)
Lucro bruto		502.996	464.189
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas e gerais		(183.519)	(179.348)
Vendas		(254.425)	(211.161)
Outras receitas (despesas), operacionais		8.397	(7.830)
	25	(429.547)	(398.339)
Resultado da equivalência patrimonial	11.2	(18.331)	(52.780)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		55.118	13.070
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	26.2	12.529	23.500
Despesas financeiras	26.2	(31.951)	(35.269)
		(19.422)	(11.769)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		35.696	1.301
Imposto de renda e contribuição social diferidos	19.2	(21.338)	(13.963)
Lucro (prejuízo) do exercício		14.358	(12.662)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)



	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	14.358	(12.662)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira	(8.730)	(4.905)
Outros resultados abrangentes não reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes		
Efeito da aplicação da hiperinflação	4.622	5.384
Total dos resultados abrangentes	10.250	(12.183)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.415.878	43.423	(178.445)	6.230	1.287.086
Aumento de capital		189.016	—	—	—	189.016
Pagamento baseado em ações		—	6.975	—	—	6.975
Efeito da aplicação da hiperinflação		—	—	—	5.382	5.382
Ajuste de avaliação patrimonial		—	1.197	—	—	1.197
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		—	—	—	(4.905)	(4.905)
Prejuízo do exercício		—	—	(12.663)	—	(12.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.604.894	51.595	(191.108)	6.707	1.472.088
Aumento de capital	21.1	102.738	—	—	—	102.738
Pagamento baseado em ações		—	14.650	—	—	14.650
Efeito da aplicação da hiperinflação		—	—	—	4.622	4.622
Ajuste de avaliação patrimonial		—	(259)	—	—	(259)
Ajustes acumulados de conversão de operações em moeda estrangeira		—	—	—	(8.730)	(8.730)
Lucro do exercício		—	—	14.358	—	14.358
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.707.632	65.986	(176.750)	2.599	1.599.467

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)



	Nota	31/12/2023	31/12/2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) do exercício		14.358	(12.662)
Ajustes para conciliar o resultado aos fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	12.2/13.2	87.859	72.283
Resultado de equivalência patrimonial	11.2	18.331	52.780
Adição (reversão) de provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.2	(4.981)	(264)
Perdas (ganhos) na baixa/alienação de bens		26.399	36.151
Ajuste a valor presente de contas a pagar por aquisição de controladas		2.626	321
Pagamento baseado em ações		14.018	6.788
Encargos financeiros		3.162	7.280
Impostos diferidos	19.2	21.338	27.843
Provisões para contingências	22.2	(6.761)	1.789
Outras receitas (despesas) operacionais		(10.818)	6.571
Receita com aplicação financeira		(594)	(4.353)
Efeito da aplicação da hiperinflação		—	1.621
		150.579	208.810
Variações nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes		8.316	(25.487)
Tributos a recuperar		6.805	4.568
Outros créditos e depósitos judiciais		(19.874)	(10.249)
Fornecedores		(5.112)	4.966
Obrigações trabalhistas		(9.288)	14.209
Impostos e contribuições a recolher		(8.817)	612
Receita diferida		(2.242)	(10.287)
Pagamento de contingências		(7.257)	—
Outras contas a pagar		(2.127)	45.125
Imposto de renda e contribuição social pagos		(293)	—
Fluxo de caixa gerados pelas atividades operacionais		125.048	219.605
Fluxos de caixa das atividades de investimentos:			
Aquisição de ativo imobilizado		(11.972)	(9.119)
Aquisição de ativo intangível		(142.932)	(215.838)
Aquisição de sociedade, líquido de caixa e equivalentes		—	(6.957)
Aumento de capital	21.1	6.500	189.016
Aumento de capital em controladas	11.2	(11.399)	(11.216)
Aporte de aplicação financeira		—	(564.487)
Resgate de aplicação financeira		35.352	539.838
Caixa e equivalente de caixa proveniente de empresas incorporadas		6.819	4.992
Fluxo de caixa gerados (aplicados) pelas atividades de investimentos		(117.632)	(73.771)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos:			
Pagamentos de arrendamento mercantil	15.2	(13.670)	(20.418)
Pagamento de participação em coligadas e subsidiárias adquiridas em períodos anteriores		(1.373)	—
Pagamentos de aquisição de controladas	17.2	(23.967)	(46.214)
Fluxo de caixa aplicados pelas atividades de financiamentos		(39.010)	(66.632)
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		—	(1.940)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		(31.594)	77.262

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)



Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5	96.830	19.568
Saldo final de caixa e equivalente de caixa	5	65.236	96.830

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

Fundada em 1985 e com sede na Avenida Doutora Ruth Cardoso, n° 7221, Cj. 401, Bl. A, Dep. 17, Cj. 701, Bl. A, Dep. 20, Cj. 1401, Bl. A, Dep. 05, CJ 1501, Bl. A, Dep. 06 e Cj. 2101, Bl. A, Dep. 12, Edifício Birmann 21, CEP 05425-902 na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a Linx Sistemas e Consultoria Ltda. (“Empresa” ou “Linx Sistemas”), uma sociedade limitada controlada pela Linx S.A. e em última instância pela StoneCo Ltd. (“StoneCo”).

A Empresa, diretamente e por meio de suas controladas, fornece soluções de software de gestão em ERP (Enterprise Resource Planning) e POS (Point of Sale ou Point of Service), soluções de conectividade TEF (Electronic Funds Transfer), e-commerce, CRM (Customer Relationship Management) e OMS (Order Management System), e meios de pagamento, para o setor varejista na América Latina. A Empresa oferece tecnologia inovadora e escalável, com foco e especialização de longo prazo no setor de varejo, seu modelo verticalizado de atuação que combina equipes próprias nas áreas comerciais, de implementação, consultoria e suporte por meio do nosso modelo de negócios diferenciado.

1.1. Demonstrações consolidadas

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de forma individual, uma vez que todos os critérios para isenção de obrigatoriedade de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas estabelecidos pelo CPC 36 - Demonstrações Consolidadas foram atendidos, quais sejam:

- A Empresa é controlada integralmente pela Linx S.A., a qual não fez objeção à não apresentação das demonstrações consolidadas;
- A Empresa não negocia suas ações no mercado de capitais;
- A Empresa não está em processo de arquivamento de suas demonstrações contábeis junto à Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) visando negociar suas ações no mercado de capitais;
- Sua controladora (Linx S.A.) disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que evidencia todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão evidenciadas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao período anterior.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, e estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio de bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e do intangível e de sua recuperabilidade nas operações, recuperabilidade de tributos diferidos, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação e incertezas das transações envolvendo julgamento e premissas dessas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. Estimativas e premissas são revistas pelo menos anualmente pela Empresa.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 27 de março de 2024.

2.3. Reapresentação

As rubricas abaixo da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram reclassificadas para adequar a apresentação seguindo os mesmos parâmetros divulgados pelo Grupo StoneCo, permitindo, assim a comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

	31/12/2022		
	Publicado	Reapresentação	Reapresentado
Custo dos serviços prestados	(346.551)	(161.292)	(507.843)
Administrativas e gerais	(179.489)	140	(179.349)
Pesquisa e desenvolvimento	(153.797)	153.797	—
Vendas	(209.962)	(1.198)	(211.160)
Outras receitas (despesas) operacionais	(16.384)	8.553	(7.831)
Total de custos e despesas	(906.183)	—	(906.183)

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis mais relevantes são apresentadas nas correspondentes notas ao longo da demonstração financeira. Demais políticas contábeis, não relacionadas com notas específicas e julgadas como relevantes pela administração são apresentadas a seguir.

3.1. Classificação como circulante e não circulante

A Empresa apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante.

Um ativo é classificado como circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados como não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

3.2. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios a empregados são mensurados em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação de lucros de curto prazo se a empresa tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

3.2.1. Previdência privada

A Empresa não mantém planos de previdência privada ou qualquer plano de aposentadoria para seus funcionários e dirigentes.

3.2.2. Participação nos lucros

A Empresa possui plano de benefícios a dirigentes e funcionários, na forma de participação nos lucros e planos de bônus.

A expectativa é de que a participação nos lucros e planos de bônus seja liquidada em até doze meses e encontram-se apresentados pelo valor que se espera ser quitado.

3.2.3. Benefício pós-emprego - planos de saúde

A Empresa oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Empresa é co-patrocinadora do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal, podendo ser estendido aos seus cônjuges e dependentes. Os custos com contribuições mensais definidas feitas pela Empresa e são reconhecidos mensalmente no resultado respeitando o regime de competência.

Os custos, as contribuições e o passivo atuarial relacionados a estes planos são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

3.3.1. Demonstrações financeiras em moeda estrangeira

Para cada controlada, a Empresa determina sua moeda funcional. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada controlada são mensurados usando essa moeda funcional. A moeda funcional da maioria das controladas da Empresa também é o real brasileiro, exceto pelo Grupo Napse.

As moedas funcionais das diferentes entidades do Grupo Napse são o dólar norte-americano, o peso argentino, o peso chileno, o peso mexicano, o Nuevo Sol e o peso uruguaio.

As demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional diferente do real, têm suas demonstrações financeiras convertidas para reais usando (i) as taxas de câmbio da data de apresentação para ativos e passivos, (ii) taxas de câmbio médias mensais para lucro ou prejuízo, e (iii) a taxa de câmbio na data da transação para transações patrimoniais. Ganhos e perdas cambiais decorrentes da conversão são registrados em Outros Resultados Abrangentes ("ORA").

3.3.2. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas pela Empresa em sua moeda funcional pela taxa de câmbio à vista na data em que a transação se qualifica para o reconhecimento.

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais pela taxa de câmbio vigente na data de fechamento do balanço. Ganhos e perdas com variação cambial resultantes da liquidação de transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do exercício. Estes surgem principalmente da conversão de instrumentos financeiros do Grupo denominados em moedas estrangeiras.

3.4. Demonstrações financeiras em economia hiperinflacionária

Em julho de 2018, considerando que a inflação acumulada nos últimos três anos na Argentina foi superior a 100%, a aplicação da norma de contabilidade e evidenciação em economia altamente inflacionária (CPC 42) passou a ser requerida sobre a controlada Napse S.R.L., situada na Argentina.

De acordo com o CPC 42, os ativos e passivos não monetários, o patrimônio líquido e a demonstração do resultado de controladas que operam em economias altamente inflacionária são corrigidos pela alteração no poder geral de compras da moeda corrente, aplicando um índice geral de preços.

As demonstrações financeiras de uma entidade cuja moeda funcional seja a moeda de uma economia altamente inflacionária, quer estejam baseadas na abordagem pelo custo histórico ou na abordagem pelo custo corrente, devem ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data do balanço e convertidas para Real na taxa de câmbio de fechamento do período.

3.5. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamento na Demonstração dos Fluxos de Caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as seguintes transações não afetaram o caixa.

	31/12/2023	31/12/2022
Aquisição de computadores, móveis e instalações incluídos em fornecedores a pagar	2.789	2.162
Aquisição de software e software desenvolvido incluídos em fornecedores a pagar	15.733	5.460

3.6. Novas normas e alterações de normas e interpretações adotadas

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2023:

- Alteração do CPC 32 – Impostos diferidos relacionados a ativos e passivos decorrentes de uma única transação:Essas alterações exigem que as empresas reconheçam o imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis.
- Alterações de escopo do CPC 26 e CPC 23 :Em fevereiro de 2021 o IASB emitiu alterações ao CPC 26 e ao CPC 23. As alterações visam melhorar as divulgações de políticas contábeis e ajudar os usuários das demonstrações financeiras a distinguir mudanças de estimativas contábeis e mudanças de políticas contábeis.

As alterações acima mencionadas não tiveram qualquer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Empresa.

3.7. Novas normas e alterações de normas e interpretações ainda não adotadas

As normas e interpretações novas e alteradas que foram emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa são apresentadas a seguir. A Empresa pretende adotar essas novas normas e alterações de normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor.

- Reforma Tributária Internacional – Regras Modelo do Pilar Dois – Emendas ao CPC 32: A alteração prevê uma exceção para não reconhecer e divulgar informações sobre ativos e passivos fiscais diferidos que estejam relacionados com a legislação fiscal promulgado ou substancialmente promulgado para implementar as regras modelo do Pilar Dois publicadas pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (a “legislação do Pilar Dois”). As alterações exigem que as entidades divulguem separadamente as suas despesas/receitas fiscais correntes e as informações qualitativas e quantitativas sobre a exposição aos tributos sobre a renda do Pilar Dois em períodos em que a legislação é promulgada ou substancialmente promulgada, mas ainda não em vigor, nos períodos de relato anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Atualmente, considerando a legislação em vigor nas jurisdições em que a Empresa opera, não se espera que afete as demonstrações financeiras da Empresa.
- Emendas ao CPC 26 - Classificação do passivo como circulante ou não circulante: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 da IAS 1 para especificar os requisitos para classificar passivos como circulantes ou não circulantes. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- Emenda do CPC 02 – Falta de permutabilidade: Em 15 de agosto de 2023, o IASB emitiu a emenda 'Falta de Permutabilidade' que alterou o CPC 02. As emendas introduzem requisitos para avaliar quando uma moeda pode ser trocada por outra moeda e quando não pode. As alterações exigem que a entidade estime a taxa de câmbio à vista quando concluir que uma moeda não pode ser trocada por outra moeda. As alterações são efetivas para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025 e devem ser aplicadas retrospectivamente.
- Alterações no CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações no CPC 03 Demonstração de Fluxos de Caixa e no CPC 40 Instrumentos Financeiros: Divulgações para esclarecer as características dos acordos de financiamento com fornecedores e exigir divulgações adicionais de tais acordos. As alterações visam melhorar a compreensão das características das transações de financiamento de fornecedores e incluir divulgações nas demonstrações financeiras que ajudam os usuários a compreenderem os efeitos sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez da entidade.

A Empresa não espera ter qualquer impacto em suas demonstrações financeiras com a aplicação das alterações apresentadas acima.

4. Restruturação societária

4.1. Cisão parcial da STNE Participações S.A.

Em 1º de agosto de 2023, foi efetivada a cisão parcial do acervo líquido formado por determinados ativos e passivos da STNE Participações S.A. (“STNE PAR”), onde o acervo líquido foi incorporado pela Linx Sistemas.

O quadro a seguir demonstra o valor contábil em 31 de maio de 2023 do acervo líquido da STNE PAR:

Ativo		Passivo	
Participação societária - Sponte Informática S.A. ("Sponte")	11.880		
Ativos líquidos - PPA Sponte	18.157		
Ágio - Sponte	66.201	Capital social	96.238
Investimentos	96.238	Patrimônio líquido	96.238
Ativo não circulante	96.238		
Total do ativo	96.238	Total do passivo e patrimônio líquido	96.238

A avaliação da parcela cindida da STNE PAR foi realizada por uma empresa especializada, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, que emitiu o laudo de avaliação do patrimônio líquido da sociedade em 31 de maio de 2023. A cisão parcial do acervo líquido, acarretou em aumento de capital da Empresa.

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1. Políticas contábeis

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Empresa considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

5.2. Composição dos saldos

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos – em moeda nacional	36.446	17.090
Caixa e bancos – em moeda estrangeira	31	4.859
Aplicações financeiras de curto prazo ^(a)	28.759	74.881
Total	65.236	96.830

^(a) Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 havia aplicações em moeda estrangeira.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

As aplicações financeiras de curto prazo referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário ("CDB") remunerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 pela taxa de 102% do CDI (96,34% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

A exposição da Empresa a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota 27.8.

6 Aplicações financeiras

6.1. Políticas contábeis

As aplicações financeiras são classificadas como subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, valor justo por meio do resultado ("VJR") ou valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA"), de acordo com o modelo de negócios da Companhia e com as características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros. Estes ativos financeiros são classificados como custo amortizado, sendo mensurado inicialmente ao valor justo mais custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, e mensurado subsequentemente pelo Método de Juros Efetivos ("MJE"), para o qual é definida a Taxa de Juros Efetiva ("TJE"). Os ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é desreconhecido, modificado ou em caso de redução ao valor recuperável.

6.2. Composição dos saldos

	31/12/2023	31/12/2022
Fundos de investimentos ^(a)	—	34.757
Total	—	34.757

a) O Fundo Retail Itaú foi encerrado em 30 de março de 2023.

A Administração tem por política a utilização destes recursos, substancialmente, para fins de pagamentos pontuais, tais como aquisições de empresas, pagamento de JSCP (juros sobre capital próprio) e dividendos, não utilizando os recursos aplicados nesta conta para fazer frente a sua necessidade de fluxo de caixa operacional.

A exposição da Empresa a risco e a análise de sensibilidade são divulgadas na Nota 27.8.

7. Contas a receber de clientes

7.1. Políticas contábeis

Um recebível representa o direito da Empresa a um valor de contraprestação incondicional (ou seja, faz-se necessário somente o transcorrer do tempo para que o pagamento da contraprestação seja devido), sendo reconhecido pelo valor nominal, deduzindo valor presente e provisão para perda esperada. Os valores a receber de clientes no exterior são convertidos pela taxa de câmbio vigente na data-base.

7.2. Composição dos saldos

	31/12/2023	31/12/2022
Contas a receber de clientes	237.639	232.310
(-) Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(16.793)	(11.812)
(-) Ajustes a valor presente	(1.069)	(1.071)
	219.777	219.427
Ativo circulante	205.251	204.184
Ativo não circulante	14.526	15.243

Os títulos e a respectiva provisão possuem a seguinte composição:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Duplicatas a receber	Provisão de perdas	Duplicatas a receber	Provisão de perdas
A vencer	192.074	(25)	201.521	(19)
Vencidos:				
De 1 a 30 dias	10.212	(43)	7.395	(29)
De 31 a 60 dias	6.051	(167)	3.945	(70)
De 61 a 90 dias	4.919	(280)	3.724	(170)
De 91 a 180 dias	9.038	(933)	5.140	(939)
Acima de 181 dias	15.345	(15.345)	10.585	(10.585)
Total	237.639	(16.793)	232.310	(11.812)

A Empresa constitui a PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) considerando o histórico de perdas por faixa de vencimento, sendo considerada suficiente pela Empresa para cobrir eventuais perdas. A Empresa também constitui provisão de perdas esperadas para os títulos a receber de clientes que compõem a base de contas a receber em aberto. A Administração acredita que o risco relativo às contas a receber de clientes em geral é minimizado pelo fato de a composição de clientes da Empresa ser diluída.

A movimentação desta provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(11.812)	(11.671)
Adições de provisões	(7.871)	(4.882)
Utilizações/reversões	2.890	4.741
Saldo final	(16.793)	(11.812)

8. Tributos a recuperar

	31/12/2023	31/12/2022
Impostos e contribuições retidos na fonte PIS e COFINS	13.406	15.739
	4.112	416
Outros	34	18
	17.552	16.173

9. Partes relacionadas

Credor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Ativo	
			31/12/2023	31/12/2022
Linx Telecomunicações Ltda. ("Linx Telecom")	Nota de débito		9.270	837
Napse S.R.L. ("Grupo Napse")	Mútuo	3,00%	4.046	3.995
Hiper Software S.A. ("Hiper")	AFAC		1.500	2.500
Neostore Desenvolvimento De Programas De Computador S.A. ("Neomode")	Mútuo	100% do CDI	1.444	1.266
Pagar.me Instituição de Pagamento S.A. ("Pagar.me")	Nota de débito		496	718
Buy4 Processamento de Pagamentos S.A. ("Buy4")	Nota de débito		24	45
Vitta Saúde Administradora de Benefícios Ltda. ("Grupo Vitta")	Nota de débito		9	—
TAG Tecnologia para o Sistema Financeiro S.A. ("TAG")	Nota de débito		8	11
Vitta Corretora de Seguros Ltda. ("Grupo Vitta")	Nota de débito		5	2
Stone Logística Ltda. ("Stone Log")	Nota de débito		2	2
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Grupo Vitta")	Nota de débito		1	3
Stone Franchising Ltda. ("Franchising")	Nota de débito		1	1
Linx S.A. ("Linx")	Nota de débito		—	30
Linx Pay Meios de Pagamento Ltda. ("Linx Pay")	AFAC		—	37
Stone Instituição de Pagamento S.A. ("Stone Pagamentos")	Nota de débito		—	858
Cappta S.A. ("Cappta") ^(a)	Nota de débito		—	75
STNE PAR	Nota de débito		—	2
Equals S.A. ("Equals") ^(b)	Nota de débito		—	115
Stone Sociedade de Crédito Direto S.A. ("Stone SCD")	Nota de débito		—	15
MNLT S.A. ("MNLT")	Nota de débito		—	207
			16.806	10.719

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)



Devedor	Tipo de operação	Passivo	
		31/12/2023	31/12/2022
MNLT	Nota de débito	1.690	363
Stone Pagamentos	Nota de débito	1.391	279
STNE PAR	Nota de débito	618	106
Linx Telecom	Nota de débito	387	1.954
Stone SCD	Nota de débito	29	—
Equals ^(b)	Nota de débito	—	1.069
Pagar.me	Nota de débito	—	43
Vitta Serviços em Saúde Ltda. ("Grupo Vitta")	Nota de débito	—	2
Vitta Tecnologia em Saúde Ltda. ("Grupo Vitta")	Nota de débito	—	23
		4.115	3.839

- (a) Em 30 de junho de 2023, o Grupo StoneCo realizou uma reorganização de negócios envolvendo a antiga subsidiária Cappta, que realizava as atividades de fornecimento de soluções tecnológicas para pagamentos parcelados e em soluções tecnológicas para transferências eletrônicas até esta data. A STNE PAR detinha participação societária na Cappta de 59,6%. Como resultado desta reorganização, a STNE PAR deixou de possuir investimento na Cappta e passou a deter 100% de participação na STEF S.A., realizando apenas as atividades de soluções tecnológicas para transferências eletrônicas.
- (b) Em 02 de outubro de 2023, a Equals foi incorporada pela STNE Par, conforme estratégia do Grupo para reorganização societária.

As transações com partes relacionadas são realizadas no curso normal dos negócios da Empresa e em condições acordadas entre as partes.

9.1. Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração total do pessoal-chave da Administração (14 administradores em 2023 e 12 administradores em 2022), relativa aos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são resumidas como segue:

	31/12/2023	31/12/2022
Benefício de curto prazo a empregados		
Pagamento de Pró-Labore	33.051	13.458
Pagamentos com base em ações	15.040	5.990
	48.091	19.448

9.2. Resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, existiram despesas compartilhadas no montante de R\$ 7.408 (R\$ 17.423 em 31 de dezembro de 2022) e receitas financeiras referentes a juros de empréstimos e prestação de serviços no período R\$ 1.057 (despesas de R\$ 2.431 em 31 de dezembro de 2022).

10. Outros créditos

	31/12/2023	31/12/2022
Despesas antecipadas – serviços ^(b)	35.014	25.621
Adiantamento para fornecedores	7.979	5.346
Mútuos Conversíveis	5.101	1.929
Depósitos judiciais	—	—
Adiantamento a funcionários, férias e 13º salário	3.421	2.928
Retenções para contingências - adquiridas ^(a)	2.109	16.345
Reembolsos com parceiros	52	635
Outros	642	526
	54.317	53.330
Ativo circulante	35.993	26.743
Ativo não circulante	21.767	28.248

^(a) Refere-se as parcelas contingentes das empresas Direção, Spress, Rezende, Liderança, Quadrant, CSI, LZT, BR Coelho, Big Automação, Intercamp, Percycle, Itec Informática, DCG, Napse e Millennium, conforme contratos de aquisições.

^(b) Refere-se substancialmente a despesas antecipadas referente a serviços de cloud.

11. Investimentos**11.1. Políticas contábeis**

Uma coligada é uma entidade sobre a qual a investidora tenha influência significativa. Influência significativa é o poder de participar nas decisões de política financeira e operacional da investida, sem haver, no entanto, controle ou controle conjunto sobre essas políticas.

Controlada é uma entidade controlada por outra entidade, denominada controlador, por meio do exercício de poder deste e exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a controlada.

Os investimentos em coligada e em controlada da Empresa são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento em coligadas e controladas é inicialmente reconhecido ao custo. O valor contábil do investimento é ajustado para reconhecer as alterações na participação da Empresa nos ativos líquidos das coligadas e controladas desde a data de aquisição. O ágio relacionado a uma coligada ou controlada é incluído no valor contábil do investimento e não é testado separadamente.

A demonstração do resultado reflete a participação da Empresa nos resultados das operações das coligadas e controladas. Qualquer alteração no VJORA das coligadas e controladas é apresentada como parte do VJORA da Empresa. Além disso, quando houver uma mudança reconhecida diretamente no patrimônio líquido das coligadas e controladas, a Empresa reconhece a sua participação nas mudanças, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Ganhos e perdas não realizados resultantes de transações entre a Empresa e suas coligadas e controladas são eliminados na extensão da participação na investida.

O total da participação da Empresa nos lucros ou prejuízos de coligadas e controladas é demonstrado na demonstração do resultado fora do resultado operacional e representa o lucro ou prejuízo após impostos e participações de não controladoras nas investidas.

As demonstrações financeiras das investidas são preparadas para o mesmo período de encerramento da Empresa. Quando necessário, são feitos ajustes para alinhar as políticas contábeis às da Empresa.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Empresa determina se é necessário reconhecer uma perda por redução ao valor recuperável sobre o investimento em sua investida. Em cada data-base, a Empresa determina se existe evidência objetiva de que o investimento na investida possa ter se desvalorizado. Se houver tal evidência, a Empresa determina o montante da redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da coligada e o seu valor contábil e, em seguida, reconhece a perda por participação nos lucros da investida na demonstração do resultado.

Após a perda de controle sobre uma controlada ou perda de influência significativa sobre uma coligada, a Empresa avalia e reconhece o investimento residual pelo seu valor justo. Qualquer diferença entre o valor contábil da investida no momento da perda de influência significativa, o valor justo do investimento residual e o resultado da alienação é reconhecida no resultado.

Nenhum dos investimentos em coligadas e controladas apresentou restrições significativas na transferência de recursos na forma de dividendos em dinheiro ou pagamento de obrigações, durante o período reportado.

11.2. Investimentos em controladas diretas

	Neomode	Hiper	Mercadapp	Plugg.to	Napse	LinX Pay	Total
Participação	40,02%	100,00%	100,00%	100,00%	(a)	99,99%	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	—	(2.863)	(265)	—	12.312	165.625	174.809
Equivalência patrimonial	(1.467)	(4.357)	—	1.462	(1.445)	(46.973)	(52.780)
Aquisição de negócios	6.957	—	—	—	—	—	6.957
Baixa por incorporação	—	—	265	(1.462)	—	—	(1.197)
Aumento de capital	—	9.070	—	—	2.146	—	11.216
Ajuste de conversão acumulado	—	—	—	—	(3.284)	—	(3.284)
Efeito da atualização da hiperinflação	—	—	—	—	3.761	—	3.761
Plano de outorga opções	—	68	—	—	119	—	187
Saldos em 31 de dezembro de 2022	5.490	1.918	—	—	13.609	118.652	139.669
Equivalência patrimonial	(251)	(2.748)	—	—	(2.634)	(12.698)	(18.331)
Aumento de capital	—	5.905	—	—	5.494	—	11.399
Ajuste de conversão acumulado	—	—	—	—	(8.733)	—	(8.733)
Efeito da atualização da hiperinflação	—	—	—	—	4.622	—	4.622
Plano de outorga opções	—	187	—	—	445	—	632
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.239	5.262	—	—	12.803	105.954	129.258

(a) A Linx Sistemas possui participação direta na Napse Uruguay SAS (“Napse Uruguai”) de 99,99%, Napse S.R.L. (“Napse Argentina”) de 98,38% e Synthesis Holding LLC (“Napse Holding”) de 100%, estamos apresentando o saldo do grupo Napse consolidado.

11.3. Informações em controladas diretas

	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado líquido
Controladas						
Grupo Napse	21.467	20.778	28.231	1.211	12.803	(2.635)
Hiper Software S.A. (“Hiper”)	1.296	9.237	4.380	891	5.262	(2.748)
LinX Pay Meios de Pagamento Ltda. (“LinX Pay”)	9.539	112.472	13.520	2.537	105.954	(12.697)
Coligadas						
Neostore Desenvolvimento De Programas De Computador S.A. (“Neomode”)	3.170	2.530	7.777	2.726	(4.803)	(627)

12. Imobilizado

12.1. Políticas contábeis

12.1.1. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O software comprado, que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento, é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas na demonstração do resultado.

12.1.2. Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

12.1.3. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

A depreciação é reconhecida no resultado, baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

A tabela a seguir apresenta as vidas úteis estimadas em 31 de dezembro de 2023:

	Vida útil estimada (anos)
Pin Pads e POS	5
Equipamentos de informática	3-5
Instalações	5-25
Imóveis	25
Máquinas e equipamentos	5-10
Móveis e utensílios	5-10
Veículos	2-5

12.2. Composição dos saldos

	31/12/2022	Adições	Baixas	31/12/2023
Pin Pads & POS	—	1.268	—	1.268
Equipamentos de informática	87.461	11.164	(23.075)	75.550
Instalações	66.000	1.450	(597)	66.853
Máquinas e aparelhos e equipamentos	17.977	598	(3.800)	14.775
Móveis e utensílios	8.260	307	(257)	8.310
Veículos	251	32	(32)	251
Direito de uso - Imóveis	81.155	2.713	(26.751)	57.117
Custo	261.104	17.532	(54.512)	224.124
Pin Pads & POS	—	(225)	—	(225)
Equipamentos de informática	(59.266)	(10.420)	14.124	(55.562)
Instalações	(37.047)	(5.482)	523	(42.006)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(10.510)	(2.120)	1.842	(10.788)
Móveis e utensílios	(4.060)	(727)	46	(4.741)
Veículos	(355)	(37)	7	(385)
Direito de uso - Imóveis	(37.940)	(8.716)	12.211	(34.445)
Depreciação acumulada	(149.178)	(27.727)	28.753	(148.152)
Imobilizado de uso	111.926	(10.195)	(25.759)	75.972

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Incorporações (a)	31/12/2022
Equipamentos de informática	86.180	9.363	(2.502)	(5.580)	—	87.461
Instalações	45.952	2.718	(13)	17.327	16	66.000
Máquinas e aparelhos e equipamentos	24.255	374	(415)	(6.318)	81	17.977
Móveis e utensílios	9.028	267	(1.077)	42	—	8.260
Veículos	507	—	(221)	(35)	—	251
Direito de uso - Imóveis	107.761	2.310	(28.916)	—	—	81.155
Custo	273.683	15.032	(33.144)	5.436	97	261.104
Equipamentos de informática	(53.703)	(10.270)	1.854	2.853	—	(59.266)
Instalações	(24.735)	(5.053)	3.165	(10.416)	(8)	(37.047)
Máquinas e aparelhos e equipamentos	(10.877)	(1.987)	243	2.127	(16)	(10.510)
Móveis e utensílios	(3.868)	(833)	641	—	—	(4.060)
Veículos	(507)	(41)	193	—	—	(355)
Direito de uso - Imóveis	(33.233)	(11.967)	7.260	—	—	(37.940)
Depreciação acumulada	(126.923)	(30.151)	13.356	(5.436)	(24)	(149.178)
Imobilizado de uso	146.760	(15.119)	(19.788)	—	73	111.926

(a) Referem-se aos saldos de imobilizado das empresas Mercadapp e Plug.to incorporados no exercício 2022.

Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Empresa, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificadas perdas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação (as premissas utilizadas estão divulgadas na Nota 13.3).

13. Intangível

13.1. Políticas contábeis

13.1.1. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. O ágio resultante na aquisição de controladas é incluído nos ativos intangíveis, nas demonstrações financeiras.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros destes ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventuais ganhos ou perdas resultantes do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício.

13.1.2. Ágio

O custo do ágio é contabilizado pelo método de aquisição ao valor justo e o teste de redução ao valor recuperável do ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil tenha se deteriorado.

13.1.3. Pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, se tiverem viabilidade tecnológica e econômica, e amortizados pelo período esperado de benefícios dentro do grupo de despesas operacionais.

As atividades de desenvolvimento envolvem um plano ou projeto visando à produção de produtos novos. Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente quando todos os seguintes elementos estiverem presentes: (i) viabilidade técnica para concluir o ativo intangível de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda; (ii) intenção de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo; (iii) o ativo intangível deverá gerar benefício econômico futuro; (iv) disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o seu desenvolvimento e usar o ativo intangível; e (v) capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante o seu desenvolvimento. Os gastos capitalizados incluem o custo de mão de obra e materiais que são diretamente atribuíveis à preparação desse ativo. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

13.1.4. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos e que tem vidas úteis definidas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução do valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2023 são demonstradas a seguir:

	Vida útil estimada (anos)
Software	3-10
Relacionamento com clientes	2-20
Marcas e patentes	7-20
Acordo de não-competição	5
Licença de uso	3-5

13.1.5. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos tributos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor justo líquido das despesas de venda é determinado, sempre que possível, com base em transações recentes de mercado entre partes conhecedoras e interessadas com ativos semelhantes. Na ausência de transações observáveis neste sentido, uma metodologia de avaliação apropriada é utilizada. Os cálculos dispostos neste modelo são corroborados por indicadores disponíveis de valor justo, como preços cotados para entidades listadas, entre outros indicadores disponíveis.

A Empresa baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nestas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano.

A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. Se tal indicativo existir, a Empresa estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

A perda por desvalorização é reconhecida para uma unidade geradora de caixa ao qual o ágio esteja relacionado. Quando o valor recuperável da unidade é inferior ao valor contábil da unidade, a perda é reconhecida e alocada para reduzir o valor contábil dos ativos da unidade na seguinte ordem: (a) reduzindo o valor contábil do ágio alocado à unidade geradora de caixa; e (b) a seguir, aos outros ativos da unidade proporcionalmente ao valor contábil de cada ativo.

13.2. Composição dos saldos

	31/12/2022	Adições	Baixas	Transferências	Cisão ^(a)	31/12/2023
Ágio	811.396	—	—	—	66.201	877.597
Relacionamento com o cliente	190.956	4.000	—	—	12.584	207.540
Marcas e patentes	46.212	13	—	—	6.632	52.857
Software	757.587	154.594	(5.957)	—	7.964	914.188
Licenças de uso	13.314	—	(13.314)	—	—	—
Ativos de direito de uso - Software	998	58	(69)	—	—	987
Custo	1.820.463	158.665	(19.340)	—	93.381	2.053.169
Relacionamento com o cliente	(130.231)	(21.004)	—	—	—	(151.235)
Marcas e patentes	(6.889)	(13)	—	—	—	(6.902)
Software	(290.611)	(38.594)	4.516	(156.778)	—	(481.467)
Licenças de uso	(156.778)	—	—	156.778	—	—
Ativos de direito de uso - Software	—	(521)	—	—	—	(521)
Amortização	(584.509)	(60.132)	4.516	—	—	(640.125)
Intangível em uso	1.235.954	98.533	(14.824)	—	93.381	1.413.044

^(a) Referem-se aos saldos de intangível da empresa Sponte, conforme laudo de cisão parcial da STNE PAR do investimento na Sponte

	31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Combinação de negócios	Cisão ^(a)	31/12/2022
Ágio	760.189	49.426	(24.827)	—	—	26.608	811.396
Relacionamento com o cliente	173.472	12.407	—	—	2.089	2.988	190.956
Marcas e patentes	46.213	—	(1)	—	—	—	46.212
Software	356.418	107.729	(2.757)	241.154	34.141	20.902	757.587
Licenças de uso	254.468	—	—	(241.154)	—	—	13.314
Ativos de direito de uso - Software	—	1.238	(240)	—	—	—	998
Custo	1.590.760	170.800	(27.825)	—	36.230	50.498	1.820.463
Relacionamento com o cliente	(112.356)	(17.236)	—	—	—	(639)	(130.231)
Marcas e patentes	(6.745)	(144)	—	—	—	—	(6.889)
Software	(61.847)	(36.986)	61	(191.319)	—	(520)	(290.611)
Licenças de uso	(348.097)	—	—	191.319	—	—	(156.778)
Amortização	(529.045)	(54.366)	61	—	—	(1.159)	(584.509)

Intangível em uso	1.061.715	116.434	(27.764)	—	36.230	49.339	1.235.954
--------------------------	------------------	----------------	-----------------	----------	---------------	---------------	------------------

^(a) Referem-se aos saldos de intangível das empresas MAV Participações, Nodis e Clinicweb cindidos no exercício 2022.

13.3. Teste de redução ao valor recuperável de ativos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não havia indicativos de redução ao valor recuperável de ativos intangíveis de vida definida.

A Empresa possui registrado saldos de ativos intangíveis referente a ágio e ativos intangíveis de vida indefinida. Estes saldos, sujeitos ao teste de recuperabilidade de ativos, foram testados pela StoneCo (controladora final da Empresa) dado que é o nível em que a administração monitora os saldos de ágio, em uma UGC denominada “Empresas de soluções de software” na qual os saldos da Empresa foram alocados, conforme segue:

UGC	Descrição	Ágio alocado (em 31 de outubro de 2023)	Ativos intangíveis com vida útil indefinida alocado (em 31 de outubro de 2023)
Empresas de soluções de software	Empresa que visa oferecer aos seus clientes serviços relacionados à plataforma de tecnologia do Grupo.	877.597	39.326

A Empresa realizou seu teste anual de redução ao valor recuperável em 31 de outubro de 2023 (2022 – 30 de novembro), o qual não resultou na necessidade de reconhecer perdas por redução ao valor recuperável sobre o valor contábil de ambas as UGCs. A partir de 2023, a Empresa alterou a data do teste anual obrigatório de redução ao valor recuperável para ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida de 30 de novembro para 31 de outubro, a fim de melhor alinhar a data com o momento do ciclo de orçamento e previsão financeira da Empresa e para permitir mais tempo a partir da data do teste até a data de aprovação das demonstrações financeiras.

O valor recuperável da UGC da Empresa em 31 de outubro de 2023 e 30 de novembro de 2022 foi determinado com base no cálculo do valor em uso considerando projeções de fluxo de caixa de orçamentos financeiros aprovados pela diretoria da Companhia, cobrindo um período de 5 anos em 2023 e 2022.

As principais premissas consideradas no cálculo do valor em uso foram as seguintes:

- Fluxo de caixa livre para o patrimônio para o período previsto de 5 anos.
- Taxa média de crescimento anual do fluxo de caixa livre durante o período de projeções de 5 anos, com base no desempenho passado e nas expectativas da administração sobre o desenvolvimento do mercado e nas tendências atuais do setor, incluindo previsões de inflação de longo prazo.
- Considerada uma taxa de desconto antes dos impostos aplicada para descontar fluxos de caixa futuros entre 11,73% e 13,75% (2022 – entre 12,16% e 14,39%), com base na taxa de juros de longo prazo, prêmio de risco país, beta ajustado da indústria e outras variáveis.
- Considerada uma taxa de crescimento na perpetuidade de 6,0% (2022 – 6,0%), com base na inflação local de longo prazo e no crescimento real.

Foi realizada uma análise de sensibilidade do teste de redução ao valor recuperável de ativos considerando quatro cenários independentes de deterioração das principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa, quais sejam: (i) redução de 10 pontos percentuais no crescimento médio anual do fluxo de caixa livre ao longo do período projetado de cinco anos; (ii) aumento de 1 ponto percentual na taxa de desconto antes de impostos; (iii) redução de 0,5 ponto percentual na taxa de perpetuidade aplicada após o último ano de fluxo de caixa livre projetado; e (iv) redução de 10% no valor das sinergias esperadas entre empresas do segmento financeiro componentes do grupo econômico controlado pela StoneCo (controladora final da Empresa) e o segmento software. A análise de sensibilidade resultaria em perda por redução ao valor recuperável dos ativos da UGC na qual a Empresa foi alocada no cenário (iii) conforme descrito a seguir.

O valor recuperável da UGC na qual a Empresa foi alocada excede seu valor contábil em R\$ 1.086.957. O Grupo reconheceria uma perda por redução ao valor recuperável de R\$ 193.551 sobre o ágio alocado a esta UGC caso a taxa de desconto antes dos impostos aumentasse de 11,73% para 12,73%. Uma taxa de desconto antes de impostos de até 12,56% seria não resulte em perda por redução ao valor recuperável.

13.4. Desenvolvimento de software

A atividade da Linx Sistemas pressupõe o contínuo desenvolvimento de novos sistemas e aplicativos visando aumentar o leque de opções para os clientes atuais e novos potenciais, tendo em vista a crescente demanda de mercado por soluções informatizadas para os negócios em geral. Neste contexto, estão em desenvolvimento diversos projetos voltados para sistemas e aplicativos para os clientes. Os valores contabilizados no intangível correspondem à parcela do custo do departamento de desenvolvimento de projetos, apurado com base em apontamento de horas dos respectivos colaboradores. A amortização de cada projeto é realizada a partir do momento em que o ativo estiver disponível para uso pelo prazo médio de três anos que segundo a Administração, reflete o período esperado de retorno financeiro dos referidos projetos. A amortização de software desenvolvido para uso interno foi registrada em despesas gerais e administrativas e a amortização de software desenvolvido para cliente foi registrada em custo dos serviços.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido no resultado do período o montante de R\$ 163.695 (R\$ 153.797 em 31 de dezembro de 2022) nas Demonstrações Financeiras, referente à pesquisa e manutenção de software desenvolvido.

14. Fornecedores

	31/12/2023	31/12/2022
Fornecedores	27.402	33.647
Provisões diversas	36.956	21.287
Provisões dedutíveis	3.479	5.099
	67.837	60.033

15. Arrendamento a pagar

15.1. Políticas contábeis

15.1.1. Arrendamentos - empresa como arrendatária

15.1.1.1. Passivo de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Empresa reconhece os passivos de arrendamentos pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos da locação incluem pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em essência) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos de arrendamento variáveis que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos da locação também incluem o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certo de ser exercido pela Empresa, e pagamentos de multas pela rescisão de uma locação, se o prazo da locação refletir a Empresa que exerce a opção de rescisão. Os pagamentos variáveis do arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesa no período em que o evento ou condição que determina o pagamento ocorre.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos da locação, a Empresa usa a taxa de empréstimo incremental na data de início da locação se a taxa de juros implícita na locação não for facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos feitos. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento mercantil, uma mudança nos pagamentos fixos de arrendamentos de substância ou uma mudança na avaliação para comprar o ativo subjacente.

A Empresa aplica a isenção de reconhecimento aos seus arrendamentos de curto prazo, bem como também aplica a isenção de reconhecimento a arrendamentos cujos ativos subjacentes são de baixo valor. Arrendamentos de curto prazo são arrendamentos com prazo igual ou inferior a 12 meses e que não contém uma opção de compra. Arrendamentos de baixo valor são aqueles em que o valor do ativo subjacente é igual ou inferior a cinco mil dólares norte-americanos. Os pagamentos de arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear durante o prazo do arrendamento.

15.1.1.2. Direito de uso

A Empresa reconhece os ativos de direito de uso na data de início da locação (ou seja, a data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos do direito de uso são mensurados pelo custo, deduzido de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos feitos antes ou na data de início menos os incentivos de arrendamento recebidos. A menos que seja razoavelmente certo que a Empresa obtenha a propriedade do ativo arrendado ao final do prazo do arrendamento, os ativos de direito de uso reconhecidos são depreciados pelo método linear durante o período mais curto entre a vida útil estimada e o prazo do arrendamento.

15.2. Composição dos saldos

	Taxa	31/12/2023	31/12/2022
Arrendamento de propriedade	105.1% - 151.8% do CDI	29.304	50.619
Arrendamento de equipamentos	105.1% - 151.8% do CDI	519	592
		29.823	51.211
Passivo circulante		16.139	9.552
Passivo não circulante		13.684	41.659

LINX SISTEMAS E CONSULTORIA LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(em milhares de reais)



As movimentações nos passivos de arrendamento a pagar são:

	Arrendamento de propriedade	Arrendamento de equipamentos	Total dos passivos de atividades de financiamento
Saldo em 31 de dezembro 2021	86.485	659	87.144
Adição	3.775	—	3.775
Baixas	(24.819)	—	(24.819)
Pagamentos	(20.286)	(132)	(20.418)
Atualização de juros	5.464	65	5.529
Saldo em 31 de dezembro 2022	50.619	592	51.211
Adição	2.771	—	2.771
Baixas	(14.184)	—	(14.184)
Pagamentos	(13.536)	(132)	(13.668)
Atualização de juros	3.634	59	3.693
Saldo em 31 de dezembro de 2023	29.304	519	29.823

Em 31 de dezembro de 2023, os arrendamentos possuem prazo médio de pagamento de 3,1 anos (31 de dezembro de 2022 – 2,7 anos).

Os pagamentos futuros e o valor presente dos pagamentos de arrendamento a pagar são apresentados a seguir:

Período	31/12/2023	31/12/2022
2024	16.139	11.335
2025	10.390	10.390
2026	10.173	10.173
2027	10.075	10.075
2028	10.075	10.075
2029	656	655
Pagamento de arrendamento	57.508	52.703
Encargos financeiros	(27.685)	(17.680)
Valor presente dos pagamentos de arrendamento	29.823	35.023

16. Obrigações trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022
Provisão férias, 13º salário e encargos	41.027	39.246
Provisão participação lucros e resultados	15.949	27.149
INSS a recolher	8.515	9.549
Salários a pagar	4.865	—
FGTS a pagar	3.297	3.402
Outros	4.429	4.984
	78.082	84.330
Passivo circulante	76.292	81.580
Passivo não circulante	1.790	2.750

17. Contas a pagar por aquisição de controladas

17.1. Políticas contábeis

As contas a pagar por aquisição de controladas referem-se aos valores devidos aos seus antigos proprietários quando da aquisição das ações ou quotas representativas do capital social dessas empresas. As dívidas são atualizadas de acordo com cláusulas contratuais.

17.2. Composição dos saldos

	31/12/2023	31/12/2022
Parcelas não sujeitas à atualização ^(a)	10.173	36.242
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IPCA	12.708	19.466
Parcelas Napse sujeitas à atualização com base na variação cambial e LIBOR	—	5
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do IGPM	—	12.616
Parcelas sujeitas à atualização com base na variação do CDI	583	1.311
Ajuste a valor presente ^(b)	(554)	(2.627)
	22.910	67.013

Passivo circulante	19.456	55.617
Passivo não circulante	3.454	11.396

^(a) Valores referentes as parcelas contratuais fixas mensais e as estimativas dos earn-outs.

^(b) Valores referentes ao AVP sobre as parcelas contratuais fixas mensais e earn-outs.

O montante classificado no passivo não circulante será amortizado de acordo com o seguinte cronograma:

Período	31/12/2023	31/12/2022
2024	—	8.099
2025	3.454	3.297
	3.454	11.396

Do total a pagar em 31 de dezembro de 2023, R\$21.848 é relacionado a consideração contingente (R\$ 63.778 em 31 de dezembro de 2022). A Empresa espera liquidar integralmente os valores relativos as contraprestações contingentes e não houve alterações relevantes de expectativas em relação ao ano anterior. O valor justo destas obrigações, considerou também uma taxa de juros de mercado (Selic). A hierarquia do valor justo da consideração contingente é classificada como nível 3 (Nota 27.7).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Saldo anterior	67.013	53.348
Adição por aquisição	—	50.446
Pagamentos de principal/encargos financeiros pagos	(23.967)	(46.214)
Compensação ^(a)	(12.054)	—
Atualização encargos financeiros/ajuste a valor presente	3.365	1.350
Contingências ^(b)	(260)	1.512
Earn-Out ^(c)	(11.187)	6.571
	22.910	67.013

^(a) Valor refere-se a compensação do contas a pagar e receber entre a Direção e a Empresa.

^(b) Valores de contingências oriundos das empresas adquiridas, compensados dos valores que a Empresa tem a pagar com os antigos administradores.

^(c) Em 2023 o saldo ficou invertido pois durante o ano houve pagamentos de metas financeiras e operacionais, bem como baixa das metas não atingidas das empresas adquiridas Mercadapp, Millenium, Neemo e Plugg.to.

18. Receita diferida**18.1. Políticas contábeis**

Valores recebidos de clientes relativos a serviços prometidos, mas ainda não prestados, são reconhecidos como receita diferida (passivo) no balanço patrimonial. O passivo é baixado em contrapartida à receita à medida que os serviços prometidos são executados.

18.2. Composição dos saldos

	31/12/2023	31/12/2022
Receita serviços ^(a)	13.914	13.897
Receita de royalties ^(b)	1.030	3.288
	14.944	17.185
Passivo circulante	14.622	15.516
Passivo não circulante	321	1.669

^(a) Refere-se a horas contratadas pelos clientes para prestação de serviço, o reconhecimento é feito após a prestação de serviço e baixa da ficha de atendimento.

^(b) Refere-se aos saldos do diferimento dos contratos de software (Royalties) decorrentes da adoção inicial do /CPC 47 e movimentações subsequentes.

19. Imposto de renda e contribuição social**19.1. Políticas contábeis****19.1.1. Imposto de renda e contribuição social****19.1.1.1. Imposto de renda e contribuição social corrente**

O ativo e o passivo fiscal correntes são mensurados pelo valor que se espera que seja recuperado ou pago às autoridades fiscais. A Empresa considera as regras fiscais brasileiras que estão em vigor à data do balanço para determinar os ativos e passivos fiscais são as regras.

A alíquota combinada aplicada pela Empresa é 34%, compreendendo o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) sobre o lucro tributável de cada pessoa jurídica brasileira (não em base consolidada).

A Empresa reconhece o IRPJ e a CSLL pelo regime de competência. De acordo com as regras fiscais brasileiras, as empresas podem compensar o valor nominal histórico de prejuízos fiscais apurados em anos anteriores com resultados de anos subsequentes a qualquer momento (ou seja, sem limitações com relação a períodos), desde que tal compensação não exceda a 30 % do lucro tributável anual do exercício em que os prejuízos fiscais são utilizados.

Os pagamentos são efetuados mensalmente como antecipação do valor total devido até o final do ano.

19.1.1.2. Imposto de renda e contribuição social diferido

O ativo e o passivo fiscal diferidos são obtidos com base nas diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e o seu valor contábil em cada período. Ativos fiscais diferidos também podem ser reconhecidos sobre prejuízos fiscais não utilizados.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja provável que a Empresa gere lucros tributáveis futuros que permitam sua recuperação. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está fundamentada em estudos técnicos elaborados pela Empresa que demonstram a expectativa de lucros tributáveis futuros de acordo com as projeções da administração.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social, exceto quando se refere a itens reconhecidos em outros resultados abrangentes, ocasião em que os respectivos impostos diferidos ativos ou passivos também são reconhecidos em contrapartida a outros resultados abrangentes. Neste caso, a Empresa apresenta estas rubricas na Demonstração do resultado abrangente em base líquida.

A administração avalia periodicamente as situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e constitui provisões, quando apropriado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no Balanço patrimonial quando existe o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos impostos correntes, geralmente quando relacionados à mesma entidade legal e à mesma jurisdição. Assim, os ativos e passivos fiscais diferidos em diferentes entidades ou em diferentes países são geralmente apresentados separadamente e não em uma base líquida.

19.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	35.696	1.301
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota de 34%	(12.137)	(442)
Diferenças permanentes		
Lei do bem	4.960	7.932
Resultado de equivalência patrimonial	(6.233)	(17.945)
Outras diferenças líquidas	(7.928)	(3.508)
Despesa de imposto de renda para taxa efetiva	(21.338)	(13.963)
Impostos correntes	—	—
Impostos diferidos	(21.338)	(13.963)
	(21.338)	(13.963)
Alíquota efetiva	59,8%	—%

19.3. Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos em situação temporária são demonstrados a seguir:

	31/12/2022	Reconhecimento em contrapartida ao resultado	Cisão ^(a)	31/12/2023
Prejuízo fiscal / Base Negativa	72.857	(6.001)	—	66.856
Diferenças temporárias	39.087	7.703	—	46.790
Ativos intangíveis provenientes de combinações de negócios	(216.091)	(23.040)	(9.024)	(248.155)
Tributos diferidos, líquidos	(104.147)	(21.338)	(9.024)	(134.509)

^(a) Referem-se aos saldos de diferido da empresa Sponte, conforme laudo de cisão parcial da STNE PAR do investimento na Sponte

20. Outros passivos

	31/12/2023	31/12/2022
Antecipações de clientes	10.893	11.629
Benefício pós emprego	2.692	4.392
Parcelamento de Impostos e contribuições	1.619	1.619
Empréstimo consignado	1.418	2.409
Adiantamentos diversos	1.248	1.167
Contas a pagar aquisição de carteira de clientes	—	85
Outros	1.749	723
	19.619	22.024
Passivo circulante	15.723	16.198
Passivo não circulante	3.896	5.826

21. Patrimônio líquido

21.1. Capital social

Em 02 de março de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente decisão dos sócios, no montante de R\$ 10.000 que passou de R\$ 1.415.878 para R\$ 1.425.878, mediante a emissão de 10.000.000 novas quotas. O aumento de capital foi integralizado da seguinte forma: R\$ 3.500 na mesma data e R\$ 6.500 em 31 de julho de 2023.

Em 01 de abril de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial da STNE PAR com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas, no montante de R\$ 30.250 que passou de R\$ 1.425.878 para R\$ 1.456.128, mediante a emissão de 30.250.831 novas quotas.

Em 28 de abril de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente decisão dos sócios, no montante de R\$ 137.130 que passou de R\$ 1.456.128 para R\$ 1.593.259, mediante a emissão de 137.130.000 novas quotas.

Em 31 de agosto de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial da STNE PAR com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas, no montante de R\$ 17.171 que passou de R\$ 1.593.259 para R\$ 1.610.430, mediante a emissão de 1.717.057.815 novas quotas.

Em 03 de novembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente a incorporação Thirdlevel Soluções de Internet S.A. (Plugg.to), pela Linx Sistemas, no montante de R\$ 8 que passou de R\$ 1.610.430 para R\$ 1.610.438, mediante a emissão de 846.978 novas quotas.

Em 01 de dezembro de 2022, foi deliberado o aumento do capital social da Empresa, decorrente a cisão parcial da Vitta Tecnologia em Saúde S.A, referente ao produto ClinicWeb. Com a incorporação da parcela cindida pela Linx Sistemas, no montante de R\$ 956, o capital social da companhia passou de R\$ 1.603.938 para R\$ 1.604.894, mediante a emissão de 95.602.173 novas quotas. Como consequência desta reorganização societária, a Equals S.A. passou a ser sócia da Linx Sistemas.

Em 31 de julho de 2023, houve integralização do capital social no total de R\$ 6.500, que passou de R\$ 1.604.894 para R\$ 1.611.394.

Em 01 de agosto de 2023 foi deliberado o aumento do capital social, decorrente da cisão parcial da STNE PAR, referente ao investimentos na empresa Sponte, no montante de R\$ 96.238, que passou de R\$ 1.611.394 para R\$ 1.707.632.

Em 27 de outubro de 2023, foi aprovada a cessão e transferência de quotas da Empresa detidas pela Equals S.A. para a STNE Par, em decorrência da incorporação da Equals pela STNE Par. O capital social é representado por quotas, com valor nominal de R\$ 0,01 (um centavo) cada, totalmente subscritas e integralizadas, dividido da seguinte forma:

Quotista	31/12/2023		31/12/2022	
	Quotas	Capital total (%)	Quotas	Capital total (%)
Linx S.A.	156.301.636.638	91,53%	156.301.636.638	97,00%
DLP Capital LLC	14.365.969.225	8,41%	4.742.165.925	2,94%
STNE Par	95.602.173	0,06%	—	—%
Equals S.A.	—	—%	95.602.173	0,06%
	170.763.208.036	100,00%	161.139.404.736	100,00%

21.2. Reservas de capital

A reserva de capital está constituída da seguinte forma:

	31/12/2023	31/12/2022
Plano de opção de compra de ações	65.986	51.595
	65.986	51.595

22. Provisão para contingências

22.1. Políticas contábeis

Provisões para demandas judiciais (trabalhistas, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando:

(i) a Empresa possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Se houver uma série de obrigações semelhantes, a probabilidade de uma saída de caixa ser necessária para liquidação é determinada considerando a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de uma saída de caixa em relação a qualquer item incluído na mesma classe de obrigações seja baixa.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que se espera que sejam necessários para liquidar a obrigação usando uma taxa antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais sobre o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação. O aumento da provisão devido à passagem de o tempo é reconhecido como despesa financeira.

Quando a Empresa espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a uma provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

22.1.1. Julgamentos, estimativas e premissas significativas

Em março de 2023, a Linx Sistemas atualizou sua política de contingenciamento de processos judiciais. A metodologia anterior, que considerava o valor total envolvido nos litígios cíveis e trabalhistas, foi aprimorada para levar em conta a experiência de transações semelhantes. A partir disso, a Empresa passou a contingenciar os valores que, nos termos do comportamento da carteira, costuma desembolsar. Esse movimento foi possível em razão do amadurecimento da carteira de processos. Após alguns meses da implementação do primeiro cenário, em dezembro de 2023, a Empresa reanalisou sua política de contingência com o objetivo de aumentar a precisão das estimativas de resultados. Para isso, a Empresa estipulou um target baseado no histórico de condenações da carteira de processos dos últimos 12 meses. O target estipulado foi aplicado em toda a base de processos, respeitadas as exceções previstas em política, como medida para garantir e simplificar o procedimento de contingência. Assim como ocorreu em março de 2023, esse ajuste foi possibilitado pela maturação da carteira contenciosa.

- Provisões trabalhistas e cíveis – Os valores das contingências são provisionados de acordo com os critérios de provisão da Empresa respeitando a separação de processos massificados e não massificados. Na primeira hipótese, a provisão seguirá o ticket médio. No segundo caso, considera-se o valor potencial de perda de cada ação judicial, com base em parâmetros como a fase em que o processo se encontra e o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida. O valor indicado como risco provável de perda com estimativa confiável é provisionado integralmente e acrescido de encargos.

- Provisões fiscais - Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida, parecer interno, bem assim o parecer de consultores jurídicos externos.

22.2. Composição dos saldos

A Empresa é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

Movimentação	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.952	2.166	13.207	22.325
Adições	12.529	1.808	5	14.342
Baixas	(4.535)	(1.902)	(7.517)	(13.954)
Atualizações	294	195	912	1.401
Saldo em 31 de dezembro de 2022	15.240	2.267	6.607	24.114
Adições	4.617	3.586	8.400	16.603
Baixas	(15.558)	(1.831)	(7.599)	(24.988)
Atualizações	676	476	472	1.624
Pagamentos	(206)	(1.542)	(5.509)	(7.257)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.769	2.956	2.371	10.096

22.3. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço patrimonial

A Empresa possui os seguintes litígios cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perda avaliados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para os quais não foi constituída provisão para perdas possíveis estimadas:

	31/12/2023	31/12/2022
Civil	27.602	4.113
Trabalhistas	977	12.584
Tributário	64.269	65.306
Total	92.848	82.003

A Linx Sistemas é parte em ações judiciais de natureza não semelhante e recorrente, cíveis e trabalhistas, cujos objetos conectam-se com sua operação ordinária.

No que tange ao passivo contingente, destaca-se ação indenizatória ajuizada por um fornecedor cujo escopo relaciona-se à utilização de determinado software provido e fornecido pelo próprio parceiro, totalizando R\$ 25.596 até 31 de dezembro de 2023 (R\$ 0 até 31 de dezembro de 2022).

23. Receitas

23.1. Políticas contábeis

23.1.1. Reconhecimento de contrato com o cliente

A receita é reconhecida quando a Empresa transfere o controle dos serviços para os clientes, em um valor que reflete a contraprestação que a Empresa espera receber em troca desses serviços. A Empresa concluiu que geralmente é a principal em seus acordos de receita, porque controla os serviços antes de transferi-los para o cliente. A Empresa aplica os seguintes cinco passos relativos às receitas:

1. identificação dos contratos com o cliente;
2. identificação das obrigações de desempenho previstas no contrato;
3. determinação do preço da transação;
4. alocação do preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato; e
5. reconhecimento da receita quando ou conforme a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é reconhecida líquida dos impostos cobrados dos clientes, que são posteriormente recolhidos às autoridades fiscais, das devoluções, abatimentos e dos descontos, quando aplicável

As receitas proveniente de contratos com clientes da Companhia é apresentada a seguir:

- **Receitas de assinaturas:** São receitas recorrentes oriundas de: (a) receitas recorrentes de assinaturas relacionadas a soluções como automação de negócios, serviços para fornecer ao cliente o direito de uso ao software numa infraestrutura baseada em nuvem, onde o cliente não tem o direito de terminar o contrato e tomar posse do software, e receitas relacionadas a suporte tecnológico, “helpdesk”, aluguel de equipamento e serviço de hospedagem de “software”; e (b) serviços não recorrentes, como implementação, personalização, treinamento e outros serviços.

Os serviços de assinatura da Empresa geralmente consistem em serviços vendidos como parte de um contrato novo ou existente ou vendidos como um serviço separado. Estes serviços de assinatura podem ou não ser considerados distintos com base na natureza dos serviços fornecidos. As taxas de serviço de assinatura são cobradas como uma taxa fixa mensal, e a receita relacionada é reconhecida ao longo do tempo, seja à medida que os serviços de assinatura são executados ou à medida em que os serviços de uma obrigação de desempenho combinada são transferidas para o cliente (ao longo do prazo da transação relacionada e acordado em contrato).

23.1.2. Contratos com múltiplas obrigações de desempenho

Os contratos da Empresa com seus clientes podem consistir em múltiplas obrigações de desempenho e a Empresa contabiliza as obrigações de desempenho individuais separadamente se elas forem distintas (e.g setup e receitas de assinatura em um mesmo contrato). Quando os equipamentos ou serviços são agrupados em um contrato com um cliente, os componentes são separados usando o preço de venda individual relativo dos componentes que é baseado no preço habitual da Empresa para cada elemento em transações separadas.

23.2. Composição dos saldos

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado do período:

	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional		
Receita recorrente	1.042.599	1.001.550
Receita não recorrente	116.963	117.947
(-) Impostos sobre vendas	(115.894)	(118.027)
(-) Cancelamentos e abatimentos	(30.647)	(29.438)
Total ^(a)	1.013.021	972.032

^(a) A Empresa não possui clientes que representam individualmente mais que 10% da receita dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

24. Custo do serviços prestados

	31/12/2023	31/12/2022
Natureza		
Pessoal	(315.338)	(305.048)
Despesa com link	(80.401)	(101.735)
Serviços de terceiros	(72.280)	(66.687)
Depreciação e amortização	(26.875)	(22.939)
Perdas eventuais	(7.071)	(7.638)
Propaganda e Publicidade	(5.249)	(363)
Viagens e estadias	(1.318)	(2.860)
Outros	(1.493)	(573)
Total	(510.025)	(507.843)

25. Receitas (despesas) operacionais

	31/12/2023	31/12/2022
Natureza		
Pessoal	(187.902)	(177.843)
Comissões	(86.939)	(68.273)
Depreciação e amortização ^(a)	(60.984)	(62.760)
Serviços de terceiros	(43.067)	(45.831)
Propaganda e publicidade	(23.215)	(16.021)
Perdas eventuais	—	40
Aluguéis	(3.505)	(5.521)
Manutenção e conservação	(8.764)	(10.959)
Viagens e estadias	(5.020)	(5.021)
Despesas com Informática	(1.870)	(3.440)
Despesa com link	(1.141)	—
Outras receitas	23.640	6.102
Outras despesas operacionais	(30.780)	(8.812)
Total	(429.547)	(398.339)

^(a) Os valores apresentados em 31 de dezembro de 2023 incluem a amortização do direito de uso no montante de R\$ 10.406 (R\$ 13.403 em 31 de dezembro de 2022).

26. Resultado financeiro

26.1. Políticas contábeis

26.1.1. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as tarifas bancárias, descontos comerciais, variação cambial, atualização monetária de contingências e juros sobre empréstimos. Os juros são reconhecidos no resultado do período utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros.

26.2. Composição dos saldos

	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras		
Juros ativos	3.252	3.611
Juros s/aplicações financeiras	8.777	12.355
Descontos obtidos	548	1.902
Variação cambial ativa	—	4.138
Valor presente líquido	(48)	—
Outras receitas	—	1.494
	12.529	23.500
Despesas financeiras		
Juros passivos	(5.336)	(1.824)
Juros s/empréstimos e financiamentos	(55)	(69)
Desconto concedido	(23.743)	(20.867)
Variação cambial passiva	1.610	(3.334)
Imposto sobre operações financeiras	(232)	(1.044)
Valor presente líquido	(1.785)	(376)
Outras despesas	(2.410)	(7.755)
Total	(31.951)	(35.269)

27. Instrumentos financeiros

27.1. Políticas contábeis

27.1.1. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração. A Empresa mensura o valor justo de instrumentos classificados como subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado em cada data de fechamento do balanço patrimonial.

A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: (i) no mercado principal para o ativo ou passivo; ou (ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo.

O mercado principal ou o mercado mais vantajoso deve ser acessível pela Empresa.

O valor justo de um ativo ou passivo é mensurado usando as premissas que os participantes do mercado usariam ao precificar o ativo ou passivo, assumindo que os participantes do mercado atuem no seu melhor interesse econômico.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação adequadas às circunstâncias e para as quais existem dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita abaixo, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 — Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável;
- Nível 3 — Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Empresa determinara se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

27.1.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

27.2. Ativos financeiros

27.2.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Empresa para a gestão destes ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Empresa tenha aplicado o expediente prático, a Empresa inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

O modelo de negócios da Empresa para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Empresa se compromete a comprar ou vender o ativo.

27.2.2. Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

27.2.2.1 Ativos financeiros ao custo amortizado

Esta categoria é a mais relevante para a Empresa. A Empresa mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas:

- O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais;
- Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Empresa ao custo amortizado incluem principalmente, contas a receber de clientes, caixa e equivalentes de caixa e demais contas a receber.

27.2.2.2 Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Esta categoria contempla instrumentos derivativos e investimentos patrimoniais listados, os quais a Empresa não tenha classificado de forma irrevogável pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Dividendos sobre investimentos patrimoniais listados também são reconhecidos como outras receitas na demonstração do resultado quando houver sido constituído o direito ao pagamento.

27.2.3. Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou
- A Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Empresa transfere substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Empresa nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transfere o controle do ativo.

Quando a Empresa transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasses, ela avalia se, e em quais medidas, retém os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transfere, nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transfere o controle do ativo, a Empresa continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Empresa também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Empresa.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

27.2.4. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Empresa reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Empresa espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados inclui fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

Para contas a receber de clientes e ativos de contratos, a Empresa aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Empresa não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

27.3. Passivos financeiros

27.3.1. Reconhecimento e mensuração inicial

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Empresa incluem: Fornecedores, contas a pagar aquisição de controladas, arrendamento a pagar e outros passivos.

27.3.2. Mensuração subsequente

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito a seguir:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado.
- Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Empresa não designa nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

27.3.2.1. Passivos financeiros ao custo amortizado

Esta é a categoria mais relevante para a Empresa. Após o reconhecimento inicial, os passivos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a fornecedores e passivo de arrendamento.

27.3.2.2. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)

Os passivos financeiros ao VJR incluem passivos financeiros mantidos para negociação, contraprestação contingente originada em combinações de negócios e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial como ao VJR.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Esta categoria pode também incluir instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas que não são designados como instrumentos de hedge em relacionamentos de hedge, conforme definido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge eficazes.

Ganhos ou perdas em passivos mantidos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao VJR são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos.

Esta categoria inclui contraprestação contingente incluída em Contas a pagar aquisição controladas.

27.3.3. Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

27.3.4. Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

27.3.5. Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

27.3.6. Transações liquidadas com títulos patrimoniais

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados. Para determinar o valor justo, a Empresa utiliza um especialista de avaliação externo, o qual utiliza um método de avaliação apropriado.

Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Empresa sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período. Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

O efeito da diluição das opções em aberto é refletido como diluição de ação adicional no cálculo do resultado por ação diluído.

27.4. Gestão de riscos financeiros

A Empresa apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

27.4.1. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Empresa caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Empresa estabelece uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

A Empresa possui uma carteira de clientes muito diversificada com baixo nível de concentração, onde o maior cliente não representa mais que 10% da receita recorrente.

A Empresa estabelece uma provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes (Nota 7.2). A Empresa estabelece uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico.

Em 31 de dezembro de 2023, a exposição máxima ao risco de crédito está representada a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	65.236	96.830
Aplicações financeiras (Nota 7)	—	34.757
Contas a receber de clientes (Nota 8)	219.777	219.427
Créditos com partes relacionadas (Nota 9)	16.806	10.719
Débitos com partes relacionadas (Nota 9)	4.115	3.839
	305.934	365.572

27.4.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas significativas ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Total
Fornecedores (Nota 14)	67.837	—	—	67.837
Arrendamento a pagar (Nota 15.2)	16.139	10.390	30.979	57.508
Contas a pagar por aquisição de controladas-Earn Outs (Nota 17)	9.299	—	—	9.299
Contas a pagar por aquisição de controladas-Parcelas Retidas (Nota 17)	7.336	2.821	3.454	13.611
Outros passivos (Nota 20)	15.723	3.896	—	19.619
	116.334	17.107	34.433	167.874

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para arrendamento a pagar.

Tipicamente, a Empresa garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

27.4.3 Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, TLP, IPCA, IGPM, CDI e LIBOR e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise da sensibilidade na Nota 29.8.

27.4.4 Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Empresa e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Empresa é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Empresa.

27.5. Gestão de capital

A política da Diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora os retornos sobre capital, que a Empresa define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Diretoria também monitora o nível de dividendos para seus acionistas.

27.6. Análise dos instrumentos financeiros

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Empresa.

	Valor Contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
	31/12/2023	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Passivos financeiros				
Arrendamento a pagar (Nota 15)	29.823	57.508	51.211	51.211
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	22.910	22.910	67.013	67.013
Total	52.733	80.418	118.224	118.224

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem significativamente dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos, arrendamentos mercantis e contas a pagar por aquisições são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/2023		31/12/2022	
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
Ativos financeiros				
Aplicações financeiras (Nota 6)	—	—	34.757	—
Contas a receber de clientes (Nota 7)	—	219.777	—	219.427
Créditos com partes relacionadas (Nota 9)	—	16.806	—	10.719
Outros créditos (Nota 10)	—	54.317	—	53.330
	—	290.900	34.757	283.476
Passivos financeiros				
Fornecedores (Nota 14)	—	67.837	—	60.033
Arrendamento a pagar (Nota 15)	29.823	—	51.211	—
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	22.910	—	67.013	—
Débitos com partes relacionadas (Nota 9)	—	4.115	—	3.839
Outros passivos (Nota 20)	—	19.619	—	22.024
	52.733	91.571	118.224	85.896

27.7. Hierarquia de valor justo

O seguinte quadro demonstra a hierarquia da mensuração do valor justo dos ativos e passivos da Empresa.

Divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo em 31 de dezembro de 2023:

	Total	Preços cotados em mercados ativos (Nível 1)	Dados observáveis significativos (Nível 2)	Dados não observáveis significativos (Nível 3)
Passivos mensurados a valor justo				
Arrendamento a pagar (Nota 15)	29.823	—	29.823	—
Contas a pagar por aquisição de controladas (Nota 17)	22.910	—	—	22.910

Itens mensurados ao valor justo em bases recorrentes – Os passivos da Empresa relacionados as combinações de negócios são mensuradas ao valor justo com inputs de nível 3. A Empresa determina o valor justo do earn-out e qualquer alteração subsequente no valor justo aplicando abordagem de desconto baseada em probabilidade ponderada. O valor justo do earn-out é avaliado considerando pagamentos que a Empresa espera realizar com base em observações internas históricas.

A Empresa utiliza técnicas de avaliação apropriadas com o auxílio de dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para esses ativos.

27.8. Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os principais riscos atrelados às operações da Empresa estão ligados a variação da TJLP, TLP, CDI, IPCA, IGPM, IPC, SELIC e LIBOR, para financiamentos junto ao BNDES e contas a pagar por aquisições de empresas e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Empresa estava exposta na data de 31 de dezembro de 2023, foram definidos 03 cenários diferentes para risco de aumento aos indexadores. Com base nos valores da TJLP, TLP, IPCA, IPC, IGPM, CDI, SELIC e LIBOR vigentes em 31 de dezembro de 2023, disponíveis na CETIP, IBGE, Banco Central, FGV, entre outros. Desta maneira foi definido o cenário provável para o ano de 2023 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2023. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2023 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade deles em cada cenário.

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II	Cenário III
Aquisição de empresas	583	Aumento do CDI	68	85	127
Taxa sujeita à variação			11,65%	14,56 %	21,84 %
Aquisição de empresas	12.708	Aumento do IPCA	587	735	1.102
Taxa sujeita à variação			4,62 %	5,78 %	8,67 %

28. Pagamento com base em ações

A controladora final StoneCo oferece planos de incentivo a longo prazo para os colaboradores de suas controladas, os quais terão direito de receber as ações restritas e de desempenho ao final do período de carência na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período, sejam elegíveis com base na avaliação de performance e cumpram as condições, se aplicável. Os colaboradores da Companhia recebem pagamentos baseados em ações, nos quais os funcionários prestam serviços em troca de títulos patrimoniais (“transações liquidadas com títulos patrimoniais”).

Conforme detalhado abaixo, a Companhia possui principalmente dois tipos de instrumentos baseados em ações: Unidades de Ações Restritas (“UAR”) e Unidades de Ações de Desempenho (“UAD”).

O bônus anual baseado em metas do Grupo é concedido inteiramente por meio de UADs para alguns colaboradores. Os prêmios de reconhecimento especial são geralmente concedidos através de uma combinação de UARs e UADs.

Embora a maioria dos direitos adquiridos de UARs esteja condicionada apenas a uma condição temporal, uma pequena parte também é adquirida dependendo de determinadas metas de desempenho no nível da Empresa. Enquanto que todas as aquisições de UADs estão condicionadas às condições de mercado, nomeado Retorno Total ao Acionista (“RTA”) medido com base no preço de mercado cotado das ações da StoneCo na data de aquisição.

28.1. Política contábil

28.1.1. Transações envolvendo pagamento baseado em ações

O custo de transações liquidadas com instrumentos patrimoniais é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados.

Este custo é reconhecido em despesas com benefícios a empregados em conjunto com o correspondente aumento no patrimônio líquido (em outras reservas), ao longo do período em que há o serviço prestado e, quando aplicável, condições de desempenho são cumpridas (período de aquisição ou vesting period). A despesa acumulada reconhecida para transações que serão liquidadas com títulos patrimoniais em cada data de reporte até a data de aquisição (vesting date) reflete a extensão na qual o período de aquisição pode ter expirado e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de outorgas que, em última instância, serão adquiridos. A despesa ou crédito na demonstração do resultado do período representam a movimentação na despesa acumulada reconhecida no início e no fim daquele período.

As condições de serviço e de desempenho que não são condições de mercado, não são levadas em consideração na determinação do valor justo na data de concessão dos instrumentos, mas a probabilidade de as condições serem atendidas é avaliada como parte da melhor estimativa da Empresa sobre o número de instrumentos de patrimônio que serão adquiridos. As condições de desempenho de mercado estão refletidas no valor justo na data da outorga. Quaisquer outras condições associadas a um instrumento, mas sem um requisito de serviço associado, são consideradas condições de não aquisição.

28.1.2. Unidades de ações restritas

Foram concedidas UARs a determinados colaboradores-chave no âmbito do plano de incentivo a longo prazo para incentivar e recompensar esses colaboradores. Esses prêmios são classificados como patrimônio líquido para fins contábeis e podem ser concedidos como parte do bônus anual de patrimônio e também como prêmios patrimoniais de reconhecimento especial, sujeito e condicionado ao atingimento de certas condições que geralmente são apenas condições de serviço. Supondo que essas condições sejam atendidas, os prêmios serão liquidados por meio de ações ordinárias classe A da controladora StoneCo. Se as condições aplicáveis não forem cumpridas, os prêmios serão perdidos sem qualquer contrapartida.

A prestação de serviço do empregado em contrapartida ao prêmio em ações é mensurada com base no valor justo na data da outorga do prêmio, sendo que o valor da ação considerado no cálculo é dado pelo preço de fechamento das ações da StoneCo (negociadas com a sigla STNE na bolsa americana NASDAQ) convertidas pelo câmbio de fechamento oficial, ambos na data da outorga. As ações restritas tem valor justo na data de outorga de R\$ 41,29 a R\$ 342,08 e possuem vencimento (“vesting period”) em tranches ao longo de um período de 1 a 5 anos.

Em 31 de Dezembro de 2023 não haviam UARs a serem emitidas para os beneficiários.

28.1.3. Unidades de ações de desempenho

As UADs são classificadas como patrimônio líquido para fins contábeis e em sua maioria foi concedida como parte de prêmios especiais de reconhecimento. As UADs confere aos beneficiários o direito de receber ações caso o Grupo atinja níveis mínimos de retorno total ao acionista (“RTA”) por um período específico. Se a condição mínima de desempenho não for atendida, as UADs não serão entregues.

O valor justo dos instrumentos é estimado na data de outorga utilizando o modelo de precificação Black-Scholes-Merton, considerando os termos e condições em que foram concedidos, e a respectiva despesa é reconhecida ao longo do período de aquisição. O número de UADs a serem emitidos é baseado em dados históricos e expectativas atuais e não é necessariamente indicativo de desempenho padrões que podem ocorrer. A volatilidade esperada reflete a suposição de que a volatilidade histórica durante um período semelhante à vida das UADs é indicativos de tendências futuras, que podem não ser necessariamente o resultado real. As duas principais entradas do modelo foram: Taxa de juros livre de risco de 3,10% a 3,12% de acordo com a curva a termo Libor de 3 meses para um período de 3 a 5 anos, e volatilidade anual de 76,5% a 77,3% com base no histórico da StoneCo.

Em 31 de Dezembro de 2023 não havia UADs a serem emitidas para os beneficiários.

28.2. Movimentação

As movimentações ocorridas em 2023 e 2022 de UARs e UADs são apresentadas a seguir:

	UARs	UADs	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	114.220	—	114.220
Outorgadas	779.440	280.083	1.059.523
Canceladas	(61.066)	—	(61.066)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	832.594	280.083	1.112.677
Outorgadas	264.384	—	264.384
Emitidas	(3.012)	—	(3.012)
Canceladas	(1.916)	—	(1.916)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.092.050	280.083	1.372.133

Em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecida provisão na rubrica de despesas de pessoal, incluindo encargos, no valor de R\$ 13.296 (R\$ 8.682 em 31 de dezembro de 2022).